

Relendo a Linguística Crítica: enquadramento teórico e histórico

*Rereading Critical Linguistics: theoretical and
historical framework*

*Relectura de la Lingüística Crítica: marco
teórico e histórico*

RESUMO

Este trabalho percorre as bases teórica e histórica da Linguística Crítica – teoria voltada para as correlações entre a estrutura linguística e a estrutura social. O estudo configura-se no âmbito dos Estudos Críticos do Discurso, área da Linguística que se põe a investigar questões de poder, ideologia, hegemonia e dominação presentes na linguagem. O trabalho se propõe, então, a revisitar a base teórica da Linguística Crítica, seus conceitos fundantes e seu método de análise do discurso. Para isso, recorre a obras fundantes da teoria, sobretudo a *Language and Control* (1979) e *Language as Ideology* (1979), a fim de esclarecer as posições assumidas por seus proponentes e relacioná-las às categorias que compuseram o pensamento de uma Linguística de natureza crítica.

Palavras-chave: Linguística Crítica; categorias de análise; Análise do Discurso.



Recebido em: 19 de janeiro de 2023
Aceito em: 1 de outubro de 2023
DOI: 10.26512/les.v25i1.46847

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Guilherme Rocha Brent

guibrents@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),
Belo Horizonte, MG, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

This article covers the theoretical and historical bases of Critical Linguistics – a theory focused on the correlations between linguistic and social structures. This study is set within the scope of Critical Discourse Studies, the area of Linguistics which investigates issues of power, ideology, hegemony, and domination present in language. This article pro-proses revisit Critical Linguistics theoretical basis, its founding concepts, and methods of dis-course analysis. For that purpose, it resorts to founding papers of the theory, especially Language and Control (1979) and Language as Ideology (1979), in order to clarify the positions assumed by its proponents and relate them to the categories that composed the thought of a critical linguistics.

Keywords: Critical Linguistics; categories of analysis; Discourse Analysis.

RESUMEN

Este trabajo recorre las bases teóricas e históricas de la Lingüística Crítica – una teoría centrada en las correlaciones entre estructura lingüística y estructura social. El estudio se configura en el ámbito de los Estudios Críticos del Discurso, un área de la Lingüística que se propone investigar cuestiones de poder, ideología, hegemonía y dominación presentes en el lenguaje. El trabajo propone volver a visitar los fundamentos teóricos de la Lingüística Crítica, sus conceptos fundantes y su método de análisis del discurso. Par eso, recurre a trabajos fundadores de la teoría, especialmente Language and Control (1979) e Language as Ideology (1979), con el fin de esclarecer las posiciones asumidas por sus proponentes y relacionarlas con las categorías que componían el pensamiento de una lingüística crítica.

Palabras clave: Lingüística Crítica; categorías de análisis; Análisis del Discurso.

Como citar:

BRENT, Guilherme Rocha. Relendo a Linguística Crítica: enquadramento teórico e histórico. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 25, n. 1, p. 26-44, jan./jun. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



INTRODUÇÃO

Os estudos críticos da linguagem – dentre eles os escritos de Norman Fairclough, em sua *Análise Crítica do Discurso*, Ruth Wodak, na *Abordagem Histórico-Discursiva* e Gunther Kress, na *Semiótica Social* – são todos tributários da Linguística Crítica (LC): teoria linguística voltada para as correlações entre a estrutura linguística e a estrutura social, ou melhor, para as intrínsecas relações entre a linguagem e o social. Defensores da premissa de que a análise do discurso é um instrumento imprescindível para o estudo da ideologia, já que esta, intimamente relacionada com a estrutura social, é inseparável do significado linguístico, os expoentes da LC estavam posicionados no interior de uma tradição de estudos: a *London School of Linguistics*; inicialmente conduzida por John Rupert Firth e, depois, por Michael Halliday¹.

Este artigo propõe revisitar a LC, sua base teórica, seus conceitos fundantes e seu método de análise do discurso. Criada a partir de uma série de seminários na Universidade de East Anglia, Inglaterra, no início da década de 1970, a LC:

- a. é uma abordagem interdisciplinar;
- b. sustenta que a linguagem é uma prática social;
- c. orienta-se para problemas sociais de ordem linguística;
- c. argumenta que textos constroem realidades de mundo e relações interpessoais; e
- d. parte do pressuposto de que linguagem e sociedade não são entidades separadas.

Ainda que a LC tenha se construído como teoria e método de análise do discurso há mais de quarenta anos, sua base teórica se fez presente nas principais abordagens de pesquisa linguística ao longo das últimas três décadas. Com isso, compreender a gênese de seus conceitos, suas influências e métodos de investigação significa compreender melhor a implicação da LC para os atuais estudos da *Análise Crítica do Discurso* e da *Semiótica Social*.

Nas seções seguintes, serão discutidos o surgimento da LC, seu projeto de teoria linguística, a noção de crítica no trabalho da LC, uma análise sobre os conceitos fundantes da teoria e críticas à teoria e ao método de investigação da LC.

¹ O termo *London School of Linguistics* abrange estudos em Linguística realizados por Firth na Universidade de Londres a partir de 1944, momento em que ele assume a Cadeira de Linguística Geral da instituição. Seus escritos compreendem o estudo da linguagem como parte da vida social e se fazem como consequência de uma aproximação com Bronislaw Malinowski, um dos poucos antropólogos daquela época interessados no uso da língua. Firth interpreta conceitos oriundos de pesquisas conduzidas por Malinowski e as insere numa perspectiva de estudo funcional da língua. Uma das principais contribuições da *London School* para a Linguística é a teoria situacional do significado (a relação entre o significado de uma unidade linguística e seu contexto de uso).

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A LC

Quando surgiu, no final da década de 1970, a LC tinha como premissa a rejeição da dicotomia entre estruturas gramaticais e as maneiras pelas quais elas eram empregadas em reais situações de comunicação – em outras palavras, a dicotomia entre a Linguística e a Sociolinguística. Essa oposição restringiu o escopo da Linguística e impossibilitou o estudo da interrelação entre a gramática e a sociedade. Para superar essa oposição, os proponentes da LC encontraram nos escritos de Michael Halliday um caminho viável: uma descrição da estrutura gramatical em relação às funções que a linguagem desempenha.

Hoje, mais de quarenta anos após a fundação daquele projeto inovador, a contribuição da LC é amplamente reconhecida na comunidade acadêmica. Roger Fowler, Robert Hodge, Gunther Kress e Tony Trew lançaram luz sobre uma área sobreposta entre a Ciência Social e a Linguística. Os estudos sobre a nominalização, a passivação, a transitividade e a classificação, apresentados nas obras *Language as Ideology* (1979) e *Language and Control* (1979), revelaram a forma como nossa compreensão do mundo é afetada pela linguagem; as análises sobre modalidade e atos de fala chamaram a atenção para o fato de que a linguagem cria e sustenta relações de poder. Em suma, o projeto da LC assumiu que era possível, por meio de análises linguísticas, esclarecer a realidade social subjacente aos discursos.

A LC emergiu nos trabalhos compilados por Roger Fowler, Robert Hodge, Gunther Kress e Tony Trew na obra *Language and Control* (1979). Reunidos na Universidade de East Anglia, Norwich, Inglaterra, eles esboçaram uma proposta de análise do discurso que buscava descortinar as formas como a ideologia se manifesta implicitamente nos textos. Mais precisamente, o grupo queria explorar como forças e interesses políticos e sociais se materializavam ideologicamente em forma de discurso nos textos. Para isso, os autores recorreram a teorias críticas oriundas de várias disciplinas como História, Sociologia, Educação, Estudos Literários e Estudos da Mídia. No plano linguístico, adotaram categorias descritivas adequadas à finalidade da disciplina: Roger Fowler, Robert Hodge, Gunther Kress e Tony Trew se valeram basicamente da Teoria dos Atos de Fala (proposta por John Searle), da Linguística Sistêmico- -Funcional (elaborada por Michael Halliday) e da Gramática Transformacional (criada por Noam Chomsky).

Os capítulos reunidos em *Language and Control* (1979), frutos de discussões, análises, seminários e palestras entre 1975 e 1979, mostram como estruturas linguísticas são usadas para explorar, sistematizar, transformar e, muitas vezes, obscurecer a realidade social; usadas também para regular ideias e comportamentos, para classificar pessoas e eventos, assim como para afirmar ou questionar identidades e posições sociais. As discussões presentes no livro são, segundo os autores, uma forma de mostrar como esses processos são efetivos quando não estão sujeitos ao exame consciente do leitor. Um dos objetivos dos proponentes da LC era exatamente munir o leitor de conhecimento acerca do funcionamento ideológico da linguagem.

Ainda em 1979, Gunther Kress e Robert Hodge lançaram *Language as Ideology*. O livro também é considerado um marco para o estabelecimento da LC. Ao longo dos capítulos, os autores registram a amarração entre o linguístico e o social, para isso recorrem a diferentes correntes linguísticas – como a Gramática Transformacional, a Teoria dos Atos de Fala e a Gramática Funcional – a fim de estabelecerem uma ponte entre as escolas de pensamento de Chomsky e Halliday, as quais, na visão de Kress e Hodge, são complementares em vez de concorrentes. Em *Language as Ideology*, o projeto para uma teoria linguística se apoia em análises que buscam revelar a operação do poder e da ideologia em aspectos do texto².

Em síntese, nas referidas obras, percebe-se que o argumento central está na precisa relação entre a estrutura linguística e a estrutura social, por isso as ideias contidas em ambos os livros defendem que as relações sociais influenciam tanto o comportamento linguístico quanto o não linguístico dos falantes. Sem essa relação entre o social e o linguístico, afirmam Kress e Hodge (1979, p. 13), “as formas e as funções da linguagem não são totalmente explicáveis”³. Essa postura está fortemente ancorada nos escritos de Michael Halliday (1978) e Benjamin Lee Whorf (1956). O legado deixado por esse argumento esteve presente no desenvolvimento de projetos oriundos da LC, tais como a Semiótica Social, a Análise Crítica do Discurso e a Multimodalidade, em suas diferentes linhas de pesquisa.

2. A LC COMO PROJETO DE TEORIA CRÍTICA DA LINGUAGEM

Em termos linguísticos, a principal inspiração por trás da LC era a linguística funcional proposta por Michael Halliday. A abordagem funcionalista hallidayana propõe que as estruturas linguísticas estão estreitamente relacionadas às necessidades pessoais e sociais a que a língua atende. Já na década de 1980, outras fontes intelectuais, incluindo teorias da ideologia e da sociedade, assim como teorias sociais do discurso e do sujeito, foram adotadas a fim de tornar a LC “menos estritamente linguística” (Fowler, 2002, p. 103).

A ideia de uma Linguística cuja tarefa fosse crítica nasceu do propósito de estudar não apenas as estruturas da linguagem e de textos, mas também de estudar pessoas e instituições que moldam as várias formas como a língua significa. Essa Linguística se ocuparia de ir além da descrição linguística para tentar explicar e mostrar como a ideologia, o poder e as desigualdades sociais são refletidas e construídas na linguagem. Em um artigo pouco conhecido, intitulado *Transformations, models and processes: towards a more usable Linguistics*, Hodge e Kress (1974, p. 5) declararam a necessidade de uma nova forma de se fazer Linguística, uma forma que “explore as relações entre linguagem e pensamento, linguagem e sociedade”. Esse manifesto deixava claro

² Robert Hodge esclareceu ao autor deste artigo, em troca de e-mail, que *Language as Ideology* é, na verdade, a obra que funda o pensamento da LC. As ideias contidas no livro inspiraram Roger Fowler e Tony Trew a promoverem cursos, palestras e seminários acerca da LC na Universidade de East Anglia.

³ Esta e as demais traduções são de responsabilidade dos autores deste texto.

que os proponentes da LC estavam interessados não somente no que a linguagem é, mas também em por que a linguagem é como é; não somente no que a linguagem pode significar, mas também em como ela significa.

O projeto empreendido em *Language and Control* (1979) e *Language as Ideology* (1979) assumiu que a relação entre a forma e o conteúdo de textos não é arbitrária, mas, sim, determinada pelas formações sociais. Em outras palavras, as escolhas a que um falante recorre, dentro de um intervalo de opções linguísticas, quando produz um texto, são guiadas e instituídas por forças sociais, políticas e culturais; ou seja, nada é escrito ou falado casualmente. Os livros exploraram abertamente, em razão disso, três proposições que contrariam a tese da arbitrariedade da língua (Fowler; Kress, 1979b; Kress; Hodge, 1979):

1. a linguagem não é tão somente um reflexo dos processos sociais;
2. o texto é a materialização das experiências de mundo do falante;
3. a linguagem não pode ser dissociada de fatores sociais e econômicos.

A partir dessas três proposições, a LC argumenta que a análise de textos é uma análise de estruturas linguísticas ideologicamente carregadas de significados, não de escolhas linguísticas arbitrárias. Ainda que a Sociolinguística na década de 1960 estivesse dedicada ao estudo da linguagem e de suas relações com o social, o projeto da LC distanciava-se daquela investigação sociolinguística. Os capítulos que compuseram os livros *Language and Control* e *Language as Ideology* eram mais uma contribuição para o estudo de práticas linguísticas que servem de instrumento para a injustiça social e a ocultação de poder do que um estudo acadêmico sociolinguístico. A LC propôs, nessas obras, responder à questão: como textos significam?

Em síntese, a LC surgiu como uma Linguística instrumental cujo propósito era teorizar a linguagem como uma prática social – uma prática no sentido que o filósofo francês Louis Althusser atribuiu à palavra: uma prática que funciona pela reprodução de ideologias. Ao projetar uma teoria linguística para a análise do discurso público, a LC propôs “uma análise projetada para se chegar à ideologia codificada implicitamente por trás das proposições abertas, e examiná-la particularmente no contexto das formações sociais” (Fowler, 1987a, p. 482).

Em razão disso, a LC voltou-se para a análise de textos cuja relevância social e política era destacada. Elegeu, então, as seguintes categorias descritivas para a nova disciplina: a transitividade, a modalidade, a nominalização, a passivação e os atos de fala (Fowler; Kress, 1979b). O Quadro 1 reúne essas categorias de análise linguística.

Quadro 1 – As categorias de análise linguística na LC

Categoria de análise linguística	Domínio linguístico
Gramática da transitividade	Eventos, estados, processos e suas entidades
Gramática da modalidade	Relações interpessoais entre falante e ouvinte
Transformação	Manipulação do material linguístico
Gramática da classificação	Ordenação linguística
Coerência, ordem e unidade do discurso	Textura da linguagem

Fonte: Fowler e Kress (1979b)

1. Gramática da transitividade: acontecimentos, estados, processos e as entidades associadas a eles. São analisados os verbos, seus sujeitos e predicados, pois são eles que representam os eventos e as situações a que o texto se refere.

2. Gramática da modalidade: as relações interpessoais entre o falante e o ouvinte. A modalidade expressa as atitudes do falante para consigo mesmo, para com seus interlocutores e para com aquilo que diz; expressa ainda as ações que se realizam por meio da linguagem.

3. Transformação: a manipulação do material linguístico. Ela inclui transformações sintáticas relacionadas a nominalizações e passivações. Essas transformações afetam a lexicalização e produzem efeitos estilísticos.

4. Gramática da classificação: o ordenamento linguístico do mundo. Analisam-se os traços linguísticos dos discursos, ou seja, as palavras que o falante seleciona para construir o texto. Na classificação, um aspecto fundamental é a análise de adjetivos e outros modificadores altamente reveladores das particularidades ideológicas de indivíduos e grupos.

5. Coerência, ordem e unidade do discurso: a textura da linguagem. Analisa-se o modo como o falante organiza textualmente a mensagem que transmite. Quando o foco da investigação é essa categoria, é possível identificar como as outras categorias são estruturadas no texto.

3. O QUE HAVIA DE CRÍTICA NO PROJETO DA LC?

Cabe pontuar, inicialmente, que o termo crítica não carregava ideias negativas ou falsas. O projeto, ou “manifesto” como alguns linguistas denominaram na época, era simplesmente uma Linguística que buscava entender as relações entre ideologias e suas condições de existência em textos que circulavam no domínio público.

A LC configurou-se como um desafio a modelos de análise linguística predominantes até a década de 1970. Os proponentes da LC reivindicavam o estudo da língua sob uma concepção funcionalista que levava em consideração as relações entre linguagem, pensamento e sociedade. Tal concepção apoiava-se nos escritos de Benjamin Lee Whorf, Michael Halliday e Michael

Foucault. A partir dessa ancoragem, a LC apontou contra os modelos de linguística predominantes uma resistência e incapacidade de se ocuparem das práticas linguísticas e das estratégias textuais orientadas para a desigualdade social. Essa é a razão de a LC ter ultrapassados os limites da sentença e ter se voltado para o discurso.

Os proponentes da LC ocupavam uma variedade de posições sociológicas – em especial aquelas associadas ao pensamento de Karl Marx e Louis Althusser – e estavam preocupados em usar a análise linguística para expor deturpações, relações desiguais de poder e discriminações em uma pluralidade de discursos que circulavam no espaço público. Os trabalhos posteriores aos de 1979 ofereceram leituras críticas de notícias, propagandas políticas, documentos oficiais, entrevistas e outros gêneros. Os tópicos examinados incluíam racismo, sexismo, guerra, armas nucleares, estratégias políticas, desigualdades na educação, emprego, tribunais, práticas comerciais e outros (Chilton, 1985; Wodak, 1989a).

Fowler (1987a) explica que a crítica marxista, o pós-estruturalismo, a crítica desconstrucionista e o conceito de crítica elaborado pelas Ciências Sociais, sob a influência da Escola de Frankfurt, formaram o cenário decisivo para a proposta de uma Linguística que fosse crítica. Fowler, Kress, Hodge e Tony Trew perceberam nessa conjuntura a possibilidade de construir uma metodologia de análise do discurso que se opusesse ao poder dos discursos dominantes, ao transformar as pessoas em leitores críticos. É por isso que “o analista crítico parte da hipótese de que o texto tem alguma significação específica na estrutura social” (Fowler; Kress, 1979a, p. 197).

Gunther Kress (1989), no texto *History and language: towards a social account of linguistic change*, escreve sobre as duas motivações que impulsionaram a LC:

A motivação política da Linguística Crítica era desvelar as estruturas dos “fundamentos sociais”, visto que elas entram nas interações sociais e afetam sua organização. Teoricamente, a motivação era mover a Linguística para a relevância social e política, e, pelo uso de suas ideias, fornecer uma crítica social ao registrar estruturas de desigualdade, talvez para obter leituras que fossem além daquelas leituras do senso comum estabelecidas com alguma firmeza empírica; e, ao fazer isso, afetar as estruturas de poder da sociedade (Kress, 1989, p. 446).

A parte crítica da LC, justifica Wodak (1989b), dá-se porque o projeto tinha como objetivo questionar as múltiplas relações desiguais de poder que perpassam e moldam as sociedades. Para isso, seria necessário que o maior número possível de indicadores, dados e conhecimentos sobre todo o contexto desses processos fosse examinado, de modo a permitir ao analista interpretar e entender como e por que a realidade é estruturada como o é. Isso, certamente, exigiria uma tarefa interdisciplinar, ou seja, um diálogo entre teorias de diferentes perspectivas, tal como Fairclough (2001; 2003) propôs ao recorrer às noções de ordem do discurso e intertextualidade, assim como à Linguística Sistêmico-Funcional.

Por fim, a postura crítica também se faria presente quando medidas práticas e políticas fossem tomadas por equipes de profissionais, pesquisadores de outros campos e pelas pessoas mais envolvidas.

Em uma investigação desse tipo, a análise do discurso, mais especificamente a Análise Crítica do Discurso, não é mais que um componente dentre as múltiplas abordagens necessárias. Devemos nos concentrar não apenas nas práticas discursivas, mas também na ampla gama de práticas materiais e semióticas. Assim, a investigação em Análise Crítica do Discurso deve ser multiteórica e multimetodológica, crítica e autocrítica (Wodak, 2001, p. 64).

O projeto de uma Linguística crítica é apresentado já no Prefácio de *Language and Control*: “Nosso livro foi elaborado não como mais um estudo acadêmico em sociolinguística, mas como uma contribuição para o desvelamento de práticas linguísticas que são instrumentos de desigualdade social e ocultação da verdade” (Fowler, *et al.*, 1979, p. 2). A compreensão de que a realidade pode ser distorcida linguisticamente para fins estratégicos de controle é também sustentada por Kress e Hodge (1979, p. 6):

A linguagem é um instrumento de controle e também de dominação. As formas linguísticas permitem que o significado seja transmitido e distorcido. Desse modo, os leitores podem ser manipulados e informados, de preferência manipulados enquanto eles supõem que estejam sendo informados. A linguagem [...] envolve a distorção sistemática a serviço do interesse de classe.

Essa postura crítica diante das relações desiguais de poder, disfarçadas nas práticas de linguagem, não apenas lançou luz sobre processos sociais e políticos envolvidos na constituição das estruturas sociais, mas também guiou o trabalho acadêmico de pesquisadores que se alinharam aos estudos da LC – o que não significou uma compatibilidade de pontos de vista. Entre esses pesquisadores, destacam-se Ruth Wodak, Norman Fairclough e Teun van Dijk.

4. UMA LEITURA SOBRE OS CONCEITOS FUNDANTES DA LC

A LC foi criticada por linguistas porque desafiou princípios centrais da Linguística dominante até os anos 1970. Funcionalismo, texto, discurso, poder e ideologia – conceitos sabidamente não discutidos pela Linguística – foram estudados, definidos e usados como instrumentos de análise do discurso a cada obra publicada por Fowler, Kress e Hodge ao longo da década de 1980. Foi por meio desses conceitos que discursos dominantes do capitalismo, autoritarismo e militarismo foram submetidos à crítica.

4.1 A Gramática Funcional

Um componente central para a fundação da LC foi a Gramática Funcional elaborada por Michael Halliday. Os escritos da Linguística Sistêmico-Funcional, denominação que o autor deu à

Gramática, em nada se assemelhavam àqueles do estruturalismo linguístico, na medida em que Halliday (1978, p. 26) entendia que “a organização interna da língua não é arbitrária, mas incorpora um reflexo positivo das funções para as quais a linguagem evoluiu”. Em outras palavras, Halliday escreveu que as formas linguísticas respondem às funções do uso da língua. Isso significa dizer que a linguagem atende às demandas sociais e comunicativas que fazemos sobre ela; demandas essas que são específicas de cada cultura.

A LC adotou os princípios da Gramática Funcional de Halliday porque ela incluía os significados sociais e suas realizações linguísticas. Halliday (1978) entendia que papéis sociais, relações de poder, as propriedades que as unem e as separam, tudo isso interfere na forma como as pessoas se comunicam. Para o autor, a capacidade comunicativa das pessoas é um produto da estrutura social. É a estrutura social que “define e dá significado aos diversos tipos de contexto social em que significados são trocados” (Halliday, 1978, p. 113). Isso explica por que a LC descartou qualquer possibilidade de adotar a Gramática Gerativa como base para sua teoria. Chomsky mostrou-se mais preocupado com o estudo das estruturas gramaticais que um falante ideal pode produzir, compreender e reconhecer (Chomsky, 1978).

4.2 Texto

Ao tomar os princípios da LSF como uma das bases para sua teoria linguística, a LC assumiu que três metafunções operam simultaneamente na estrutura oracional de todo texto. As metafunções ideacional, interpessoal e textual são componentes funcionais do sistema semântico da língua que permitem ao falante, respectivamente, representar suas experiências de mundo, construir relações interpessoais e agir sobre elas, bem como organizar, em forma de textos coesos e coerentes, as mensagens produzidas. Fowler (2002) admite que a LC se ateve mais às metafunções ideacional e interpessoal, pois estava no bojo do projeto descrever e interpretar como a linguagem constrói e reafirma relações desiguais de poder.

Todo texto incorpora, então, a visão de mundo daquele sujeito que o produz – avaliações que estão baseadas na relação que esse sujeito mantém com o mundo que o cerca. Esses significados são dependentes do lugar que o texto ocupa no sistema social e cultural em que opera. Tais significados são, na prática, ideologias. Para Fowler e Kress (1979b), a materialização da ideologia no texto é automática. Os proponentes da LC acreditavam que a ideologia se manifesta precisamente em determinados aspectos lexicais e sintáticos. Quem mais explorou essa noção de texto foram Fowler, no livro *Language in the news* (1991), e Kress, em *Linguistic processes in sociocultural practice* (1985a).

4.3 Discurso

Ao procurar demonstrar o efeito de fatores sociais sobre o texto, a LC recorreu ao conceito de discurso elaborado por Michael Foucault – mais precisamente, foi Gunther Kress que reinterpretou o conceito para atender às necessidades de seu projeto de análise do discurso. Em *Ideological structures in discourse* (1985b), Kress esclarece que discurso é uma categoria que pertence ao domínio social, ao passo que texto é uma categoria que pertence ao domínio linguístico – estando o texto, intrinsecamente, ligado a ocasiões específicas associadas a instituições sociais. A relação entre discurso e texto é de realização: o discurso encontra sua expressão no texto, ou seja, o discurso se materializa no texto.

Discursos, como explica Kress (1985b), originam-se, em larga escala, de instituições sociais – tais como a política, o jornalismo, a medicina, a igreja. Instituições e grupos sociais articulam seus valores e significados por meio de formas linguísticas sistematicamente organizadas. Em outras palavras, instituições e grupos sociais recorrem a formas de linguagem regulares para comunicar, transmitir e controlar os valores e significados que pertencem à sua natureza e às suas práticas. Para se referir a essas formas de linguagem, Kress emprega o termo discurso. Como escreve o autor:

Discursos são conjuntos sistematicamente organizados de enunciados que expressam os significados e os valores de uma instituição. Além disso, discursos definem, descrevem e delimitam o que é possível e o que não é possível dizer (e por extensão, o que possível e o que não é possível fazer) em relação à área de interesse de uma instituição. Um discurso fornece um conjunto de possíveis enunciados sobre determinada área, organiza e estrutura a forma como um tópico, objeto ou processo específico deve ser falado. Nesse sentido, o discurso fornece descrições, regras, permissões e proibições de ações sociais e individuais (Kress, 1985a, p. 7).

Dessa forma, a definição de discurso está diretamente relacionada ao conceito de ideologia, na medida em que instituições sociais produzem modos específicos de enunciados sobre certas áreas da vida social. Além disso, as restrições impostas por um discurso podem ser descritas como ideológicas. Os proponentes da LC argumentam que esses princípios de organização linguística resultam em estruturas linguísticas específicas. Assim, certas formas sintáticas necessariamente estarão correlacionadas a certos discursos.

4.4 Ideologia

Sob o plano teórico e metodológico da LC, a ideologia se tornou um legítimo objeto de investigação linguística e discursiva. Estava no bojo do projeto desmistificar discursos decifrando ideologias. Isso, porque Fowler, Hodge, Kress e Tony Trew acreditavam que a realidade social pode ser distorcida discursivamente para fins estratégicos. Essa ideia permaneceu em outros livros que discutiram os métodos de análise do discurso propostos pela LC: “queremos descobrir e

desmistificar certos processos nesta e em outras sociedades, a fim de tornar mecanismos de manipulação, discriminação, demagogia e propaganda explícitos e transparentes” (Wodak, 1989b, xiv).

A LC assume que “todo uso linguístico codifica padrões ideológicos ou estruturas discursivas que medeiam representações do mundo” (Fowler, 2002, p. 102). E mais: qualquer aspecto da língua – o vocabulário, a organização sintática, a morfologia etc. – carrega significação ideológica. Ou seja, qualquer escolha, em termos lexicogramaticais, expressa ideologia. Desse modo, nenhuma representação de mundo que é feita por meio da linguagem é neutra. A representação linguística de eventos, pessoas e ações veicula ideologia – ou, para usar as palavras de Fowler (1991, p. 1), veicula ideias e crenças. Por isso:

A Linguística Crítica propõe que uma análise que use ferramentas linguísticas adequadas e que se refira a contextos históricos e sociais pode trazer a ideologia (normalmente oculta através da habitualização do discurso) à superfície textual para inspeção. Assim, a Linguística Crítica pode lançar luz sobre processos sociais e políticos (Fowler, 2002, p. 102).

Ao longo das principais obras da LC, o termo ideologia é usado para se referir a crenças e valores que remetem a modos particulares de construção da realidade – ou melhor, a sistemas de denotam um ponto de vista particular. No texto *The ideology of middle management* (1979, p. 81), Hodge, Kress e Jones assim definem ideologia:

Ideologias são conjuntos de ideias envolvidas na ordenação da experiência, dando sentido ao mundo. Essa ordenação e esse sentido são parciais e particulares. Os sistemas de ideias que constituem as ideologias são expressos por meio da linguagem. A linguagem fornece os modelos e as categorias de pensamento e, em parte, a experiência do mundo das pessoas se dá por meio da linguagem.

Essa definição resume como a LC percebia a ideologia: um elemento de ligação entre o conhecimento de mundo do indivíduo e suas práticas – já que é ela que medeia os pensamentos do indivíduo e seu comportamento. Por ser expressa em forma de categorias linguísticas, a ideologia pode ser estudada por meio de categorias de linguagem. “Se o significado linguístico é inseparável da ideologia, e ambos dependem da estrutura social, então a análise linguística deveria ser uma poderosa ferramenta de estudo dos processos ideológicos que medeiam as relações de poder e controle” (Fowler; Kress, 1979b, p. 186).

4.5 Poder

Outro conceito que ajudou a fundar as bases da LC é o de poder. Embora hoje, nos estudos da Análise Crítica do Discurso, a relação entre estruturas linguísticas e poder seja tomada como um dado adquirido, na década de 1970, Fowler e os expoentes da LC proporcionaram uma instigante mudança de paradigma na maneira como as relações interpessoais encontram sua expressão na

linguagem. Os linguistas críticos investigaram como a linguagem reflete não apenas as posições sociais que o falante assume em uma interação, mas também as forças que estão implicadas nesse processo (Fowler; Kress, 1979a; Kress, 1985a).

A LC tomou para si a posição de que as interações sociais podem construir, reforçar e também questionar o jogo de forças que está presente em uma cultura. Com isso, assume que não há relações interpessoais vazias de poder – todas manifestam poder. Como Fowler (1986, p. 70) escreve, “na comunicação real, as pessoas estão fazendo mais do que transmitir posições neutras. Sua linguagem pressupõe uma estruturação que reflete seus propósitos pessoais na comunicação”. Isso ocorre porque a linguagem estabelece sistemas de valores sobre aquilo que impõe ao mundo, ela “é a parte central do processo social e é um meio altamente eficiente na codificação de categorizações sociais” (Fowler, 1986, p. 18).

Language and Control (1979) abriu um espaço acadêmico para que o papel da linguagem na construção, afirmação e contestação do poder fosse investigado. Em uma obra seminal sobre as relações linguagem/poder, Fairclough (1989, p. 1) escreve:

Este livro é sobre linguagem e poder, ou mais precisamente sobre conexões entre o uso da linguagem e as relações desiguais de poder (...). Eu o escrevi com dois objetivos principais. O primeiro é mais teórico: ajudar a corrigir uma desvalorização generalizada da importância da linguagem na produção, manutenção e mudança das relações sociais de poder. O segundo é mais prático: ajudar a aumentar a consciência de como a linguagem contribui para a dominação de algumas pessoas por outras, já que a consciência é o primeiro passo para a emancipação.

Uma premissa fundamental nesses trabalhos conduzidos sob o rótulo da LC é que relatos, diálogos ou documentos aparentemente neutros entregam, por força de suas estruturas linguísticas ou textuais, relações de poder. É com essa premissa que Ruth Wodak reúne trabalhos para compor *Language, Power and ideology* (1989a). Neles, o poder é visto tanto sobre o discurso quanto no discurso. O poder sobre o discurso diz respeito ao acesso ao discurso – na verdade, quem tem acesso às ordens do discurso, aos gêneros, aos contextos e com quais papéis. O poder no discurso, por sua vez, trata de interações sociais e formas como a dominação é negociada por meio do conhecimento, dos papéis institucionais, do gênero, da classe social ou de todos esses fatores reunidos. Independentemente da forma como o discurso atua, “a linguagem só ganha poder nas mãos de quem tem poder; a linguagem não é poderosa ‘por sua própria natureza’” (Wodak, 1989b, xv).

Em outra vertente, a LC define poder como diferença – mais precisamente como relações de diferença. Aqui, as relações de poder são entendidas como o resultado das diferenças na estrutura social. E essas diferenças, pontua Kress (1985a), são refletidas na linguagem. Ao ampliar essa definição de poder, o autor escreve:

[...] a linguagem está entrelaçada no poder social de várias maneiras: ela indexa o poder, expressa o poder e está envolvida onde quer que haja disputa e desafio pelo

poder. O poder não deriva da linguagem, mas a linguagem pode ser usada para desafiar o poder, para subvertê-lo e para alterar as distribuições de poder no curto ou no longo prazo (Kress, 1985a, p. 52).

Kress propõe discutir o conceito de poder a partir da metáfora do espaço e da distância. O autor entende que o espaço é um indicador claro das relações de poder – o tamanho de uma casa, de um jardim, de um escritório, de um carro, tudo pode indicar poder. O mesmo ocorre com os arranjos espaciais no parlamento, em salas de aula, prédios públicos, salas de espera. Essa noção de poder é mais explorada na Semiótica Social e na Multimodalidade. No plano linguístico, Kress argumenta que o poder está indexado na linguagem por todas as formas linguísticas que podem indicar relações de distância. Assim, para revelar o mapeamento social da distribuição do poder, o analista deve se voltar para a linguagem.

Ao estudar o poder sobre o discurso, Fowler (1991) analisa as relações entre estruturas da linguagem e poder por meio dos contextos ideológicos de jornais e de seus valores editoriais. O autor pontua que jornais, frequentemente, reproduzem a ordem dominante na sociedade devido à influência ideológica dos indivíduos que ocupam posições de poder. Nesse processo, instituições de poder “fornecem aos jornais modos de discurso que trazem em si as atitudes de uma elite poderosa. Os jornais, em parte, adotam essa linguagem para si e [...] reproduzem as atitudes dos poderosos” (Fowler, 1991, p. 23-24).

Kress e Fowler (1979), ao estudarem o poder no discurso, assinalam que nas conversas cotidianas, qualquer aparência de intimidade, solidariedade ou cooperação é, geralmente, ilusória. Os falantes agem conforme seus papéis socialmente atribuídos. Eles lutam por atenção, pelo direito de iniciar novos temas na conversa, assim como lutam para manter as posições de influência no diálogo. E isso está refletido na linguagem.

Seja qual for a forma de exercício do poder, a LC argumenta que não estamos presos às relações de poder. Uma leitura crítica do funcionamento da linguagem força uma consciência das relações de dominação e da natureza dos valores implicados nas relações interpessoais – por isso, os expoentes da LC propuseram a leitura crítica ou a mudança de consciência como foco principal do projeto.

5. AS CRÍTICAS SOBRE A LC E O SURGIMENTO DE NOVAS DISCIPLINAS

Conforme dito no início deste texto, os linguistas críticos reagiram fortemente contra algumas correntes de pensamento dominantes na Linguística até a década de 1970; entre elas, a Sociolinguística, a Pragmática e a Gramática Gerativa. Segundo Fairclough (2001), a razão para isso estava na gênese da LC. O projeto nasceu permeável a influências de outras áreas que não propriamente a Linguística. A noção de discurso adotada pelos expoentes da LC, por exemplo, recua aos trabalhos do filósofo francês Michael Foucault. Outra linha de influência veio dos escritos

do filósofo italiano Antonio Gramsci, em sua teoria da hegemonia cultural, a qual descreve que o Estado usa instituições culturais para manter o poder.

Após o lançamento das obras *Language and Control* e *Language as Ideology*, ambas em 1979, o projeto da LC foi aprimorado, ampliado e aplicado por linguistas oriundos de tradições muito diferentes. Todos defendiam uma abordagem mais interdisciplinar devido ao caráter complexo e multifacetado da relação entre a linguagem e o social. O resultado disso foi tanto o crescimento da LC em domínios como a política, o racismo, a mídia, os estudos de gênero, quanto a compreensão de que o programa tinha limitações teóricas e metodológicas.

Durante a fase de afirmação, ao longo dos anos 1980, a LC se fez em torno de alguns princípios e objetivos, assim elencados por Ruth Wodak (2011): como ocorre a naturalização das ideologias? Quais estratégias discursivas legitimam, controlam ou naturalizam a ordem social? Como o poder é linguisticamente expresso? Como o consenso, a aceitação e a legitimação da dominação são fabricados? Quem tem acesso a quais instrumentos de poder e controle? Quem é discriminado e de que forma o é? Essas questões, na realidade, se mostraram amplas e muito complexas para serem discutidas com as ferramentas propostas pela LC.

Basicamente, o que diferenciava a LC de outras abordagens linguísticas era a atenção que dava à gramática e ao vocabulário dos textos. Processos gramaticais como a nominalização e a apassivação eram ferramentas de análise recorrentes nas obras publicadas. O mesmo é notado para a transitividade e a modalidade. Para Fairclough (2001, p. 49), essa era uma das limitações do projeto. A atenção demasiada no texto fez com que os processos de produção e interpretação ficassem preteridos: “assim, na análise, a relação entre aspectos textuais e sentidos sociais é muitas vezes retratada como sem problemas e transparente”. Faltou aos expoentes da LC, aponta Fairclough, considerar os padrões de distribuição, consumo e interpretação dos textos. Sem isso, a atribuição de significados sociais a estruturas linguísticas particulares era bastante mecânica. “Uma vez que a Linguística Crítica tenha estabelecido sentidos sociais para um texto, há uma tendência a tomar os efeitos ideológicos como tácitos”.

Fairclough (2001, p. 50) aponta ainda outra crítica ao projeto liderado por Fowler: a visão exclusivamente descendente do poder e da ideologia sobre o discurso, sem considerar que o próprio discurso é lugar de disputas de poder e resultado de transformações provocadas pela modernidade tardia.

Uma outra limitação da Linguística Crítica é que ela confere uma ênfase unilateral aos efeitos do discurso na reprodução social de relações e estruturas sociais existentes e, conseqüentemente, negligencia tanto o discurso como domínio em que se realizam as lutas sociais, como a mudança no discurso, uma dimensão da mudança social e cultural mais ampla.

Além disso, Fairclough (1995) aponta outras duas limitações da LC: ênfase unilateral na função ideacional (ou seja, em representações) – embora haja atenção a aspectos interpessoais,

questões de identidade social são colocadas em segundo plano; e pouco desenvolvimento da intertextualidade na constituição dos textos em termos de discursos e gêneros.

Quem elabora críticas mais profundas e acuradas é Gunther Kress no artigo *Moving beyond a critical paradigm* (1995). No texto, Kress aponta que faltou à LC elaborar uma teoria da linguagem que se afastasse de paradigmas linguísticos tão distintos entre si, como eram as correntes lideradas por Noam Chomsky e Michael Halliday. Soma-se a isso o fato de que os métodos de análise não tenham sido testados teoricamente: “um feixe de categorias ecléticas e altamente diversas foi montado e, com o passar dos anos, expandido e estendido, mas, de modo geral, nunca submetido a uma análise teórica rigorosa ou testado quanto à sua real coerência geral.” (Kress, 1995, p. 625).

Gouveia (2001) aponta que o projeto da LC sempre esteve longe de ser pacífico, seja em razão das posições teóricas assumidas – contrárias a princípios centrais de teorias linguísticas dominantes até a década de 1970 –, seja pelo uso pouco rigoroso de certos conceitos, como o conceito de ideologia. O autor destaca que a noção de ideologia é tratada de forma meramente descritiva nos trabalhos da LC. Teria faltado à disciplina trabalhar com a concepção crítica de ideologia, ligando-a ao modo como os sujeitos se envolvem em processos de transformação, destruição ou reforço das suas relações interpessoais.

Foi a partir dessas e de outras críticas que os próprios expoentes da LC, mais precisamente Gunther Kress e Bob Hodge, e outros pesquisadores, como Norman Fairclough, Ruth Wodak e Teun van Dijk, propuseram novas disciplinas ou teorias/métodos de análise do discurso sob o viés crítico. A Semiótica Social é uma delas. Ela nasce, segundo Hodge e Kress (1988) de limitações da LC, principalmente, em sua tentativa de construir uma teoria social crítica da linguagem. Os autores advogam que o ponto de partida para a análise do discurso não pode mais ser o texto e as estruturas linguísticas, mas, sim, a estrutura social e o significado. Isso significa não limitar a análise unicamente às formas verbais, mas integrar a linguagem a outros sistemas de signos.

O significado reside tão forte e generalizadamente em outros sistemas de significado em uma multiplicidade de códigos visuais, auditivos, comportamentais e outros, que uma concentração apenas nas palavras não é suficiente. Portanto, uma teoria da linguagem verbal deve ser vista no contexto de uma teoria de todos os sistemas de signos [...] (Hodge; Kress, 1988, vii).

A Análise Crítica do Discurso é outro projeto que nasce da LC. Para rastrear a dialética entre o texto e o social, ou seja, entre as formas linguísticas e o processo social e semiótico, a disciplina emerge como uma abordagem que amplia consideravelmente os pressupostos teóricos e metodológicos da LC. Isso se faz, no entanto, não de forma homogênea, nem clara (Kress, 1995). Inseriram-se na Análise Crítica do Discurso projetos com linhas de investigação distintas, que recorreram a bases teóricas e metodológicas distintas, mas que guardavam entre si o cerce do que foi primeiramente proposto pelo grupo de Fowler na Universidade de East Anglia: as relações de poder e dominação expressas no uso efetivo da língua.

A Consciência Crítica da Linguagem – uma espécie de projeto político-pedagógico – foi outra disciplina que emergiu no início dos anos 1990 a partir da LC. Na verdade, era o interesse político em usar a análise linguística e textual para fins de mudança e reforma social que unia acadêmicos como Norman Fairclough, Teun van Dijk, Gunther Kress, Ruth Wodak e Theo van Leeuwen sob o rótulo “estudos críticos da linguagem”⁴.

Tanto a Semiótica Social como a Análise Crítica do Discurso destacaram-se por articular teorias da linguagem que se recusam a ter categorias de análise oriundas de paradigmas teóricos tão distintos – como a LC o fez. Fairclough (2003), por exemplo, reformula as metafunções da linguagem, incorporando-as em sua perspectiva de análise do discurso. O mesmo fez Kress e van Leeuwen (2006) ao formularem a Gramática do Design Visual.

6. CONCLUSÃO

Ao revisitar a LC, este texto buscou esclarecer conceitos fundamentais para a fundação da teoria e de outras abordagens que se originaram a partir dela. Pesquisadores que hoje lidam com a Análise Crítica do Discurso, a Semiótica Social e a Multimodalidade certamente lidam com métodos de análise inicialmente e conceitos pensados e articulados pela LC. Hoje, a LC não existe mais, ou, como escreveu Gouveia (2001, p. 347), “à Linguística Crítica nada mais parece restar do que permanecer no limbo do reconhecimento da sua importância enquanto primeiro momento de um projeto que, entretanto, alargou os seus horizontes de teorização e de intervenção”.

REFERÊNCIAS

- CHILTON, Paul (ed.). **Language and the Nuclear Arms Debate: Nukespeak Today**. London: Frances Pinter, 1985.
- CHOMSKY, Noam. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Tradução, introdução, notas e apêndices de José Antônio Meireles e Eduardo Paiva Raposo. 2. ed. Coimbra: Arménio Amado, 1978.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Analyzing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. New York: Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Media Discourse**. London, Edward Arnold, 1995.
- FOWLER, Roger. Critical Linguistics. In: MALMKJAER, Kristen (ed.). **The Linguistics Encyclopedia**. 2nd ed. London and New York, 2002. p. 102-107.
- FOWLER, Roger *et al.* **Language and Control**. London: Routledge; Kegan Paul, 1979.

⁴ De acordo com Kress (1995a), é difícil falar por essas vertentes de pesquisa como se fossem uma abordagem ou uma disciplina teórica ou metodologicamente unificada. Elas guardam mais similaridades em seus projetos políticos do que metodológicos.

- FOWLER, Roger. **Language in the news: discourse and ideology in the press**. London and New York: Routledge, 1991.
- FOWLER, Roger. **Linguistic Criticism**. Oxford: Oxford University Press, 1986.
- FOWLER, Roger. Notes on Critical Linguistics. *In*: STEELE, Ross; THREADGOLD, Terry. **Language Topics: Essays in honour of Michael Halliday**. Amsterdam: Benjamins, 1987a. p. 481-492, v. 2.
- FOWLER, Roger. The intervention of the media in the reproduction of power. *In*: ZAVALA, Iris; VAN DIJK, Teun A.; DÍAZ-DIOCARETZ, Myriam. (ed.). **Approaches to Discourse, Poetics and Psychiatry**. Amsterdam: Benjamins, 1987b. p. 67-80.
- FOWLER, Roger; KRESS, Gunther. Critical Linguistics. *In*: FOWLER, Roger *et al.* **Language and Control**. London: Routledge; Kegan Paul, 1979b. p. 185-221.
- FOWLER, Roger; KRESS, Gunther. Rules and regulations. *In*: FOWLER, Roger *et al.* **Language and Control**. London: Routledge; Kegan Paul, 1979a. p. 26-45.
- GOUVEIA, Carlos Alberto Marques. Análise Crítica do Discurso: enquadramento histórico. *In*: MATHEUS, Maria Helena; CORREIA, Clara Nunes (ed.). **Saberes no Tempo: Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos**. Lisboa: Edições Colibri, 2001. p. 335-351.
- HALLIDAY, Michael A. K. **Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning**. London: Edward Arnold, 1978.
- HODGE, Robert; KRESS, Gunther. **Social Semiotics**. Cambridge: Polity Press, 1988.
- HODGE, Robert; KRESS, Gunther. Transformations, models and processes: towards a more usable Linguistics. **Journal of Literary Semantics**, v. 3, n. 1, p. 5-21, 1974.
- HODGE, Robert; KRESS, Gunther; JONES, Gareth. The ideology of middle management. *In*: FOWLER, Roger *et al.* **Language and Control**. London: Routledge; Kegan Paul, 1979. p. 81-93.
- KRESS, Gunther. History and language: towards a social account of linguistic change. **Journal of Pragmatics**, v. 13, n. 3, p. 445-466, 1989.
- KRESS, Gunther. Ideological Structures in Discourse. *In*: VAN DIJK, Teun. (Ed.). **Handbook of Discourse Analysis**. Discourse analysis in Society. New York: Academic Press, 1985b. p. 27-42, v. 4.
- KRESS, Gunther. **Linguistic processes in sociocultural practice**. Geelong, Victoria: Deaking University Press, 1985a.
- KRESS, Gunther. Moving beyond a critical paradigm: on the requirements of a social theory of language. **Revue Belge de Philologie et d'Histoire**, v. 73, n. 3, p. 621-634, 1995.
- KRESS, Gunther; FOWLER, Roger. Interview. *In*: FOWLER, Roger *et al.* **Language and Control**. London: Routledge; Kegan Paul, 1979. p. 68-80.
- KRESS, Gunther; HODGE, Robert. **Language as Ideology**. London: Routledge, 1979.
- KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. **Reading Images: The grammar of visual design**. Second Edition. London and New York: Routledge, 2006.
- WHORF, Benjamin Lee. **Language, Thought and Reality**. Selected Writings of Benjamin Lee Whorf. Edited by John B. Carroll. Cambridge, MA: MIT Press, 1956.
- WODAK, Ruth (ed.). **Language, power and ideology: Studies in political discourse**. London: Benjamins Publishing Company, 1989a.
- WODAK, Ruth. Critical Linguistics and Critical Discourse Analysis. *In*: ZIENKOWSKI, Jan; ÖSTMAN, Jan-Ola; VERSCHUEREN, Jef. (ed.). **Discursive Pragmatics**. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2011. p. 50-70.

WODAK, Ruth. Introduction. *In*: WODAK, Ruth (ed.). **Language, power and ideology**. Studies in political discourse. London: Benjamins Publishing Company, 1989b, p. xiii-xx.

WODAK, Ruth. The discourse-historical approach. *In*: WODAK, Ruth; MEYER, Michael. (ed.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. London: Sage Publications, 2001. p. 63-94.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Guilherme Brent

Graduado em Letras Português/Inglês pela Universidade Federal de São João del-Rei. Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais e Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: guibrents@gmail.com